

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)  
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**Rodrigo Lucas Fernandes dos Santos**

**A ATUAÇÃO DOS PELOTÕES DE FUZILEIROS DE SELVA NO COMBATE A  
ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS DA FRONTEIRA BRASILEIRA COM A GUIANA  
FRANCESA NO BIÊNIO 2017/2018**

**Resende  
2019**

	<b>APÊNDICE III (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL) AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA E DA DOCTRINA NA AMAN</b>	<b>AMAN 2019</b>
---	--	----------------------

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA  
PROFISSIONAL**

<b>TÍTULO DO TRABALHO: A atuação dos pelotões de fuzileiros de selva no combate a ilícitos transfronteiriços da fronteira brasileira com a Guiana Francesa no biênio 2017/2018.</b>
---

<b>AUTOR: Rodrigo Lucas Fernandes dos Santos</b>
--

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a AMAN a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A AMAN poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 23 de junho de 2019

**Cad Rodrigo Lucas Fernandes dos Santos**

**Rodrigo Lucas Fernandes dos Santos**

**A ATUAÇÃO DOS PELOTÕES DE FUZILEIROS DE SELVA NO COMBATE A  
ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS DA FRONTEIRA BRASILEIRA COM A GUIANA  
FRANCESA NO BIÊNIO 2017/2018**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Ciências Militares, da Academia Militar das  
Aguilhas Negras, como requisito parcial à  
obtenção do título de **Bacharel em Ciências  
Militares.**

Orientador: TC Anderson Lima de Moura

**Resende  
2019**

**Rodrigo Lucas Fernandes dos Santos**

**A ATUAÇÃO DOS PELOTÕES DE FUZILEIROS DE SELVA NO COMBATE A  
ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS DA FRONTEIRA BRASILEIRA COM A GUIANA  
FRANCESA NO BIÊNIO 2017/2018**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Ciências Militares, da Academia Militar das  
Aguilhas Negras, como requisito parcial à  
obtenção do título de **Bacharel em Ciências  
Militares.**

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019:

Banca examinadora:

---

**TC ANDERSON LIMA DE MOURA**  
Orientador

---

**1º TEN WESLEY ÂNGELO CARVALHO DO ROSÁRIO**

---

**1º TEN RICHARD DA SILVA RODRIGUES**

**Resende**  
**2019**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador meus sinceros agradecimentos pela orientação firme e objetiva na realização deste trabalho.

A minha família, em especial aos meus pais Reynaldo Luiz dos Santos e Simone Fernandes dos Santos, pelo amor com que me conceberam e educaram, pelas inúmeras horas que velaram meu sono, e pelas palavras de incentivo a cada tropeço de minha jornada, minha eterna gratidão.

A todos os meus professores do curso de formação, que foram de fundamental importância na construção da minha vida profissional.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para este projeto fosse concluído.

## RESUMO

Este trabalho foi feito pelo fato de que a Amazônia brasileira é uma região de grande importância para o Brasil no que diz respeito às suas grandes riquezas naturais e sua biodiversidade, sendo inclusive alvo de cobiça internacional por conta disso. Essas características fazem com que a região seja preocupação constante do governo que tange à manutenção da soberania nacional sobre toda a área. É de interesse deste militar conhecer melhor a região em que tem interesse em servir num futuro próximo, e por isso este trabalho tem a finalidade de apresentar a atuação dos pelotões de fuzileiros de selva no combate a ilícitos transfronteiriços da fronteira brasileira com a Guiana Francesa no biênio 2017/2018. Para isso, inicialmente foi feito um estudo sobre a Amazônia brasileira, visando conhecê-la com mais detalhes. Posteriormente, foram identificadas medidas adotadas pelo governo visando o desenvolvimento, integração e manutenção da soberania brasileira sobre a região, apresentando inclusive um estudo da Amazônia segundo a PND e a END. Por fim, o trabalho mostra a presença do EB no estado do Amapá e as operações realizadas pela Força naquela região bastante afetada pelo problema de ilícitos transfronteiriços. O trabalho objetiva, também, apresentar a relevância do trabalho desses pelotões na faixa de fronteira. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma revisão bibliográfica, bem como uma pesquisa documental. Como resultado, o trabalho comprovou a relevância da atuação desses pelotões na região de fronteira do Amapá.

**Palavras-chave:** Amazônia. Pelotões. Fronteira. Ilícitos. Transfronteiriços. Amapá.

## **ABSTRACT**

This work was done by the fact that the Brazilian Amazon is a region of great importance for Brazil in relation to its great natural riches and its biodiversity, being also the target of international greed because of this. These characteristics make the region a constant concern of the government that concerns the maintenance of national sovereignty over the entire area. It is in the interest of this military man to know better the region in which he is interested in serving in the near future, and for this reason this work has the purpose of presenting the action of the jungle squads in the fight against transboundary illicit of the Brazilian border with French Guiana in 2017/2018. For this, a study was initially made on the Brazilian Amazon, in order to get to know it in more detail. Subsequently, measures adopted by the government were identified for the development, integration and maintenance of Brazilian sovereignty over the region, including a study of the Amazon according to PND and END. Finally, the work shows the presence of EB in the state of Amapá and the operations carried out by the Force in that region greatly affected by the problem of transboundary illicit activities. The work also aims to present the relevance of the work of these platoons in the border area. To achieve these objectives, a bibliographical review was conducted, as well as a documentary research. As a result, the work proved the relevance of the performance of these platoons in the border region of Amapá.

**Keywords:** Amazon. Platoon. Border. Unlawful. Cross-border. Amapá.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APs – Áreas de Proteção

Bda – Brigada

Btl – Batalhão

CEF – Companhia Especial de Fronteira

CFAP/34ºBIS – Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva

Cmdo – Comando

CMN – Comando Militar do Norte

Cmt – Comandante

DEF – Destacamento Especial de Fronteira

END – Estratégia Nacional de Defesa

FFAA – Forças Armadas

Fron – Fronteira

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Fuz – Fuzileiros

Gen – General

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Inf – Infantaria

MD – Ministério da Defesa

Op – Operação

OSPF – Órgãos de segurança pública e de fiscalização

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PCN – Projeto Calha Norte

Pel – Pelotão

PF – Polícia Federal

PND – Política Nacional de Defesa

PRF – Polícia Rodoviária Federal

SI – Selva

TI – Terras Indígenas

UC – Unidade de Conservação

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brasil e sua divisão regional.....	12
Figura 2 – Amazônia.....	13
Figura 3 – Amazônia brasileira.....	14
Figura 4 – Região hidrográfica amazônica.....	16
Figura 5 – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.....	20
Figura 6 – Áreas Protegidas na Amazônia Legal até dezembro de 2010.....	23
Figura 7 – Proporção das UCs e Tis nos Estados da Amazônia Legal.....	24
Figura 8 – Área de atuação do Programa Calha Norte.....	25
Figura 9 – SISFRON.....	26
Figura 10 – Arcos da Faixa de Fronteira.....	28
Figura 11 – Comandos Militares de Área.....	30
Figura 12 – 22ª Bda Inf SI e OMs subordinadas.....	32
Figura 13 – Amapá.....	34
Figura 14 – Narcotráfico.....	36
Figura 15 – Tráfico de pessoas.....	36
Figura 16 – Tráfico de armas.....	37
Figura 17 – Garimpo.....	38
Figura 18 – Revista de automóvel durante Op Curare V.....	40
Figura 19 – Operação Rochelle I. Fiscalização em embarcações.....	41
Figura 20 – Revista de embarcação durante Op Cabo Orange III.....	42
Figura 21 – Treinamento do Exército Brasileiro com a Legião Estrangeira.....	43
Figura 22 – Término de Operação conjunta entre o EB e a FAG.....	44
Figura 23 – Revista de embarcação.....	44
Figura 24 – Posto de Bloqueio e Controle de Vias Fluviais.....	45
Figura 25 – Apreensão de materiais de garimpo ilegal.....	45

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 OBJETIVOS .....	11
1.1.1 Objetivo geral .....	11
1.1.2 Objetivos específicos.....	11
<b>2 ESTUDO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA .....</b>	<b>12</b>
2.1 BRASIL .....	12
2.2 A AMAZÔNIA .....	13
2.3 AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	14
2.4 MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO, INTEGRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOBERANIA BRASILEIRA SOBRE A AMAZÔNIA LEGAL .....	17
2.4.1 Amazônia segundo a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.....	17
2.4.3 Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) .....	19
2.4.4 Unidades de Conservação e Territórios de Ocupação Tradicional .....	22
2.4.5 Programa Calha Norte .....	24
2.4.6 SISFRON.....	26
2.4.7 Conceito de faixa de fronteira .....	27
<b>3 A ATUAÇÃO DOS PEL FUZ SL NA FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA NO BIÊNIO 2017-2018 .....</b>	<b>29</b>
3.1 A PRESENÇA DO EB NO ESTADO DO AMAPÁ .....	29
3.1.1 O Comando Militar do Norte.....	29
3.1.2 22ª Bda Inf SI.....	31
3.1.3 CFAP/34º BIS .....	32
3.1.4 Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte (CEF/CLNO) .....	33
3.2 OPERAÇÕES MILITARES NA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAPÁ NO BIÊNIO 2017/2018 .....	33
3.2.1 Caracterização do estado do Amapá .....	33
3.2.2 Ilícitos Transfronteiriços .....	35
3.2.3 Os Pel Fuz SI da CEF de Clevelândia do Norte na faixa de fronteira.....	38

<b>4 REFERENCIAL METODOLÓGICO .....</b>	<b>46</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Estudar a atuação dos pelotões de fuzileiros de selva da Companhia Especial de Fronteira, do Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva no combate a ilícitos transfronteiriços é uma forma de apresentar o trabalho dessa tropa à sociedade brasileira, visto que ao trazermos à tona este assunto, tornamos público grandes questões existentes naquela região que, sendo parte da Amazônia, possui relevante importância no que diz respeito a fonte de recursos naturais, diversidade de flora e fauna, dentre outros.

A quantidade de problemas existentes aliados à complexidade geográfica da região, demonstram o real tamanho do desafio que é combater esses ilícitos presentes na região amazônica brasileira. O propósito deste trabalho portanto, é estudar a forma de atuação dos pelotões de fuzileiros de selva da CEF do Cmdo Fron AP/34º BIS na defesa da sua área de operações contra esses problemas constantes.

As Forças Armadas trabalham de maneira essencial em cima dessas questões há bastante tempo e, por meio do Exército Brasileiro, o Estado se faz presente na região, antes mesmo da existência de programas sociais e organizações de proteção. Segundo o atual comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, Gen Bda Viana Filho (2019):

A Amazônia é prioridade do Exército hoje, desde o Acre até o Maranhão.[...] A razão da instalação da 22ª Brigada no Amapá é potencializar a presença do estado na foz do rio Amazonas, aumentando o intercâmbio militar com os países vizinhos como a França, Suriname e Guiana, além de aumentar a integração com as outras agências de segurança.

No que diz respeito às operações interagências, completou:

Estas instituições todas se complementam e com as suas especificidades complementam um ajuste mais forte no combate ao crime transfronteiriço e ambiental.

Ao se fazer um trabalho sobre o combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais portanto, abre os olhos da população para problemas de grande relevância para o nosso país e que são pouco abordados pela mídia.

Dessa forma, a monografia foi assim estruturada: Inicialmente, foi feito um estudo geográfico do Brasil no continente sul-americano, com o objetivo de mostrar a situação atual do país em relação à sua faixa de fronteira e biodiversidade. Em

seguida foi feito um estudo sobre a Amazônia no continente e no Brasil. Posteriormente, o objetivo foi direcionar o estudo até chegarmos à principal questão do trabalho que é a atuação dos Pel Fuz SI da CEF do CFAP/34º BIS no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira, passando anteriormente pelo estudo do Comando Militar do Norte, da 22ª Brigada de Infantaria de Selva e do Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva propriamente dito, com o objetivo de mostrar a importância do trabalho realizado por essa organização naquela região.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

Estudar a atuação dos pelotões de fuzileiros de selva da Companhia Especial de Fronteira, do Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva no combate a ilícitos transfronteiriços no biênio 2017-2018.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Conhecer a Amazônia brasileira.

Identificar as medidas de desenvolvimento, integração e manutenção da soberania brasileira sobre a Amazônia legal.

Apresentar a Amazônia sob a ótica da PND e a END.

Estudar a presença militar na faixa de fronteira do Amapá.

Abordar as principais operações realizadas na faixa de fronteira do Amapá.

## 2 ESTUDO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

### 2.1 BRASIL

O Brasil é um país de dimensões continentais, sendo o maior da América Latina e o 5º maior do planeta. É o único do continente onde se fala oficialmente a língua portuguesa. A leste, tem o Oceano Atlântico delimitando o território, tendo uma faixa litorânea de 7367 km. Possui também uma faixa terrestre de 15735 km, fazendo fronteira a norte com a Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa; a noroeste com a Colômbia; a oeste com a Bolívia e Peru; a sudoeste com a Argentina e Paraguai e a sul com o Uruguai. Não faz fronteira apenas com o Chile e o Equador. É possuidor de uma das maiores biodiversidades do planeta por meio da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica.

Figura 1: Brasil e sua divisão regional.



Fonte: FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Regiões Brasileiras "; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>>. Acesso em 08 de maio de 2019.

## 2.2 A AMAZÔNIA

A Amazônia corresponde a todo o território grifado em amarelo na figura abaixo. Suas florestas tropicais possuem biodiversidade inigualável. Cerca de 60% dessa região fica dentro do Estado Brasileiro, porém outros oito países da América do Sul possuem parte desse bioma, são eles o Peru, a Colômbia, a Venezuela, o Equador, a Bolívia, o Suriname, a Guiana e a França através do seu departamento ultramarino (Guiana Francesa). Está inserida em grande parte da Bacia Amazônica, bacia essa que abrange cerca de 7 milhões de quilômetros quadrados (MUNIZ, 2019).

Figura 2: Amazônia.



Fonte: Wikipedia.

Atualmente, vivem na Amazônia cerca de 38 milhões de pessoas, sendo que muitas delas vivem da exploração desse bioma. Visando promover o desenvolvimento da região, o bem-estar dessas pessoas e a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos, em 1978 foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que mais tarde viria a se tornar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

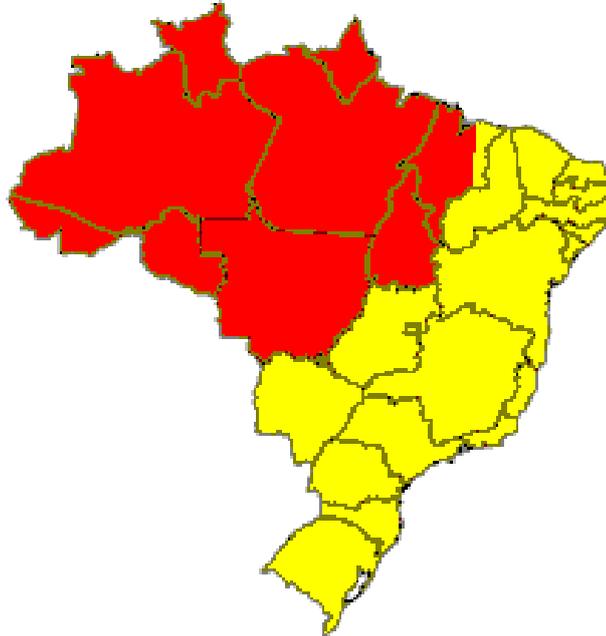
A importância geopolítica da Amazônia para o Brasil há muito é destacada pelos militares, governantes, diplomatas e academia. A região amazônica

ocupa cerca de 60% de território nacional e não pode ser esquecida ou subjugada na formulação de políticas públicas para defesa e desenvolvimento do país ou na composição das estratégias de inserção internacional do Brasil. O papel do Calha Norte, do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) são analisados de forma a entender de que maneira as políticas internas de proteção e vigilância da Amazônia brasileira trabalham com os novos arranjos de segurança que se impõem na região. (NASCIMENTO, 2013)

### 2.3 AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia brasileira ou Amazônia Legal foi criada pelo governo brasileiro através da lei nº 1.806/1953, durante o Governo Vargas, de maneira a centralizar o planejamento e a promoção do desenvolvimento social e econômico dos estados brasileiros que fazem parte da região amazônica e que historicamente compartilham os mesmos desafios políticos, sociais e econômicos. Foi considerada legalmente a partir da Lei 5173 de 27 de outubro de 1966, por ocasião da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Figura 3: Amazônia brasileira.



Fonte: Wikipedia.

É uma área dentro do território brasileiro que engloba 9 estados (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão em parte, Tocantins e Mato Grosso), totalizando uma área de aproximadamente 5.217.423 quilômetros quadrados, correspondendo a mais de 60% do território brasileiro. Quando tratamos

de defesa, a Amazônia brasileira é prioridade nacional. Isso se dá por conta das seguintes características, segundo o Seminário de Segurança da Amazônia (2012, p. 13):

A Amazônia brasileira é, atualmente, prioridade nacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa. Abrange uma área de 5,2 milhões de km<sup>2</sup>, com densidade populacional de 3,2 hab/km<sup>2</sup>, 1/3 das florestas tropicais da Terra, maior diversidade biológica do planeta e maior bacia de água doce do mundo. Essa região é detentora de exuberante fauna e flora. Suas riquezas estão praticamente intocadas e minuciosos levantamentos indicam que abriga uma das mais extraordinárias províncias minerais do planeta. Tudo isso deixa evidenciado que a Amazônia é já há muito tempo, área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os nossos vizinhos, também depositários desse patrimônio. Este é o motivo principal da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia. Para ela orienta-se o destino manifesto do Brasil.

A região, apesar de possuir grande extensão territorial, tem apenas 12.056.532 habitantes, cerca de 12,4% da população brasileira. Abriga todo o bioma Amazônia e parte dos biomas Cerrado e Pantanal. Nela também está a Bacia do Rio Amazonas, a maior bacia hidrográfica do mundo. Essas e outras importantes características, fazem com que a Amazônia brasileira seja considerada a mais rica em biodiversidade do planeta. Por conta disso, uma maior atenção deve ser dada a esse local, visto que suas riquezas e o baixo número populacional chamam bastante a atenção de outros países e também para a prática de ilícitos.

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (BRASIL, 2012: 23-24).

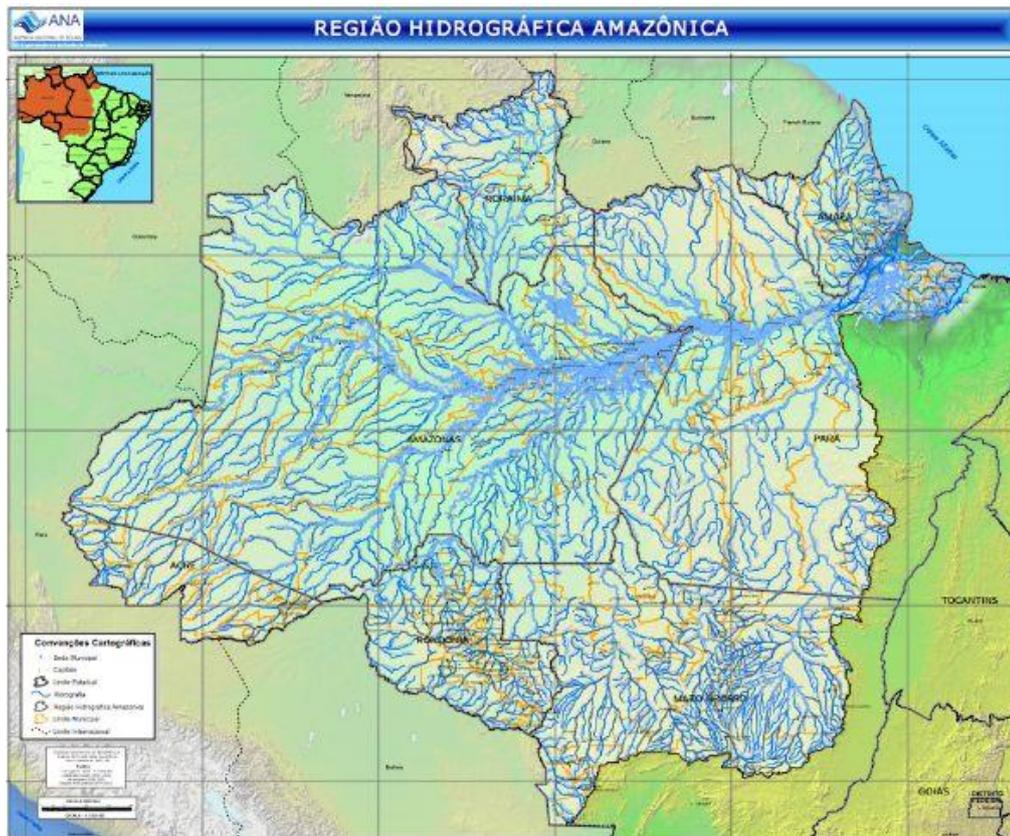
A questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional (BRASIL, 2012: 18).

As passagens acima demonstram que o interesse externo continua sendo um tema preocupante nas discussões sobre segurança nacional. Sanar o problema dos

ilícitos transfronteiriços e assegurar que a Amazônia legal se torne uma área politicamente mais estável e garantir a soberania nacional e integridade nacional.

Como já dito anteriormente, no capítulo sobre a Amazônia, a Bacia do Rio Amazonas abrange em torno de 7 milhões de quilômetros quadrados de território na América do Sul, sendo assim a maior bacia hidrográfica do mundo. É responsável por cerca de um quinto do fluxo fluvial do mundo e por ter o equivalente a 20% da água doce existente na Terra.

Figura 4: Região hidrográfica amazônica.



Fonte: Bacia do Rio Amazonas <<https://www.todamateria.com.br/bacia-amazonica/>>.

Além do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela tem terras compreendidas nessa bacia hidrográfica. Tendo mais de 7 mil afluentes e 25 mil quilômetros de vias navegáveis, o rio Amazonas reveste-se de grande importância no que diz respeito à economia da região amazônica. É utilizado para transporte hidroviário, tem grande potencial para a produção de energia elétrica, e é fundamental para a subsistência das populações ribeirinhas que vivem da pesca. Também por conta disso, dificulta a fiscalização contra a prática de ilícitos.

## 2.4 MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO, INTEGRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOBERANIA BRASILEIRA SOBRE A AMAZÔNIA LEGAL

### 2.4.1 Amazônia segundo a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa

A Política Nacional de Defesa é um documento voltado para ameaças externas, que estabelece objetivos e dá orientações para o emprego dos setores militar e civil em prol da Defesa Nacional. Além disso, serve como um meio de alertar e propagar aos brasileiros a necessidade de se manter sempre preocupado com a segurança e defesa do país, mesmo sem que este não esteja envolvido em conflitos internacionais.

Foi lançada em 1996, com o nome de Política de Defesa Nacional, e renovada no ano de 2005. No ano de 2012, foi novamente reformulada e passou a ter o atual nome.

A PND aponta a região amazônica como uma das principais áreas para a defesa nacional:

O planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Da mesma forma, deve-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul. (BRASIL, 2012: 23)

No que diz respeito às ameaças contra a Amazônia, o documento explicita a necessidade do investimento nas Forças Armadas e seu fortalecimento na região, e na cooperação com outros países.

Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais. (BRASIL, 2012: 31)

Já a Estratégia Nacional de Defesa trata da reorganização e reorientação das Forças Armadas, da organização da Base Industrial de Defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica (2012, p.1). Ao propiciar a execução da Política Nacional de Defesa com uma orientação sistemática e com medidas de implementação, a Estratégia Nacional de Defesa contribui para

fortalecer o papel cada vez mais importante do Brasil no mundo. A Amazônia é uma prioridade para o END, como pode ser visto abaixo (2012, p. 5):

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.

Ainda possui diversas diretrizes que envolvem a Amazônia, tanto direta quanto indiretamente. São elas (BRASIL, 2012, p. 2-9):

1. Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.
2. Organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.
3. Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras.
4. Desenvolver, lastreada na capacidade de monitorar/controlar, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica.
5. Aprofundar o vínculo entre os aspectos tecnológicos e os operacionais da mobilidade, sob a disciplina de objetivos bem definidos.
6. Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear.
7. Unificar e desenvolver as operações conjuntas das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos.
8. Reposicionar os efetivos das três Forças.
9. Adensar a presença de unidades da Marinha, do Exército e da Força Aérea nas fronteiras.
10. Priorizar a região amazônica.

11. Desenvolver a capacidade logística, para fortalecer a mobilidade, sobretudo na região amazônica.

Percebe-se, dessa forma, a preocupação em todo o texto quanto ao controle da Amazônia por parte do país e a necessidade de se ter uma atenção especial nessa região. Nesse contexto, as Forças Armadas aparecem como solução. Através do monitoramento local e da presença, as FFAA reforçam esse controle, com o intuito de se atender a primeira das diretrizes acima citadas: a dissuasão de forças hostis.

A END vê da seguinte forma como as FFAA devem trabalhar visando manter a soberania sobre o território amazônico:

As principais unidades do Exército estacionam no Sudeste e no Sul do Brasil. A esquadra da Marinha concentra-se na cidade do Rio de Janeiro. Algumas instalações tecnológicas da Força Aérea estão localizadas em São José dos Campos, em São Paulo. As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul.

Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Rio Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná. Deverá o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou na guerra. (BRASIL, 2012, p.4)

A Estratégia Nacional de Defesa reafirma o que está no texto da Política Nacional de Defesa, no que diz respeito ao fortalecimento das Forças Armadas e na manutenção da soberania da Amazônia, através da vivificação das fronteiras e da cooperação entre os países vizinhos.

### **2.4.3 Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**

Caracterizada por ser uma organização intergovernamental e o único bloco socioambiental de países voltado para a Amazônia, a OTCA é constituída de oito países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Surgiu do antigo Tratado de Cooperação Amazônica, que foi assinado em 3 de julho de 1978 e, dentre seus principais focos de trabalho, se destacam:

- A proteção, conservação e gestão sustentável das florestas e da biodiversidade.

- A inclusão e participação de povos indígenas e comunidades tribais na gestão de seus recursos e na proteção de seus conhecimentos tradicionais.
- Gestão integrada e uso sustentável dos recursos hídricos como recurso estratégico. Além disso, os recursos hídricos transfronteiriços fazem parte dos ecossistemas, da sociedade e são essenciais em todos os setores da atividade humana.
- Melhorar a qualidade de vida das populações amazônicas e promover ações necessárias que, de forma inclusiva, contribuam para a melhoria da saúde na região.
- Gestão do conhecimento e troca de informações.
- Ações conjuntas para fazer frente aos impactos das mudanças climáticas na região.

Figura 5: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.



Fonte: Google.

A criação da Organização faz com que o Brasil estreite relações com os vizinhos que compartilham da Amazônia e, em conjunto com esses países, se empenhe no desenvolvimento econômico e social da região, além de diminuir a possibilidade de conflitos.

Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da

cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), facilitada pelos laços étnicos e culturais; o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas). (BRASIL, 2012: 21)

Na visão da OTCA, a Amazônia é um local que possui particularidades que a tornam uma região única e uma das mais ricas do globo. Através desses eixos de trabalho acima citados, a OTCA busca promover o desenvolvimento da Amazônia por meio da realização de programas, projetos e atividades.

Atualmente, existe um projeto de fortalecimento da OTCA, conhecido também como Programa Regional Amazônia, que visa atender as demandas dos países amazônicos por meio de iniciativas e ações regionais para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Esse programa trabalha sob quatro linhas de apoio:

- Apoio aos foros regionais e temáticos;
- Execução de projetos regionais para o desenvolvimento sustentável;
- Criação de um sistema conjunto para a informação ambiental e desenvolvimento de capacidades humanas (DHC);
- Fortalecimento institucional da OTCA e sua capacidade de trabalho em rede a nível internacional.

O Programa Regional Amazônia, seguindo essas premissas, já contribuiu na criação de projetos como o Monitoramento do desmatamento e o de Chave Eletrônica de Identificação de Espécies Madeireiras.

Vemos, portanto, que a OTCA permite uma maior interação entre os países que possuem parte da Amazônia em seu território, o fortalecimento de seus poderes sobre a região, e dessa forma contribui para a manutenção da soberania e integridade da região amazônica.

#### 2.4.4 Unidades de Conservação e Territórios de Ocupação Tradicional

As Unidades de Conservação (UC) são áreas sujeitas à proteção por conta de suas características naturais e são divididas em: UCs de Uso Sustentável e de Proteção Integral (MONTESANTI, 2015).

As Unidades de Proteção Integral são aquelas destinadas à preservação da biodiversidade, sendo permitida somente a pesquisa científica e, em alguns casos, o turismo e atividades de educação ambiental, desde que haja prévia autorização do órgão responsável. Não envolve consumo, coleta, extração de produtos madeireiros ou minerais e não é permitida a permanência de populações – tradicionais ou não – em seu interior, com exceção dos Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre. (VERÍSSIMO, 2011:11)

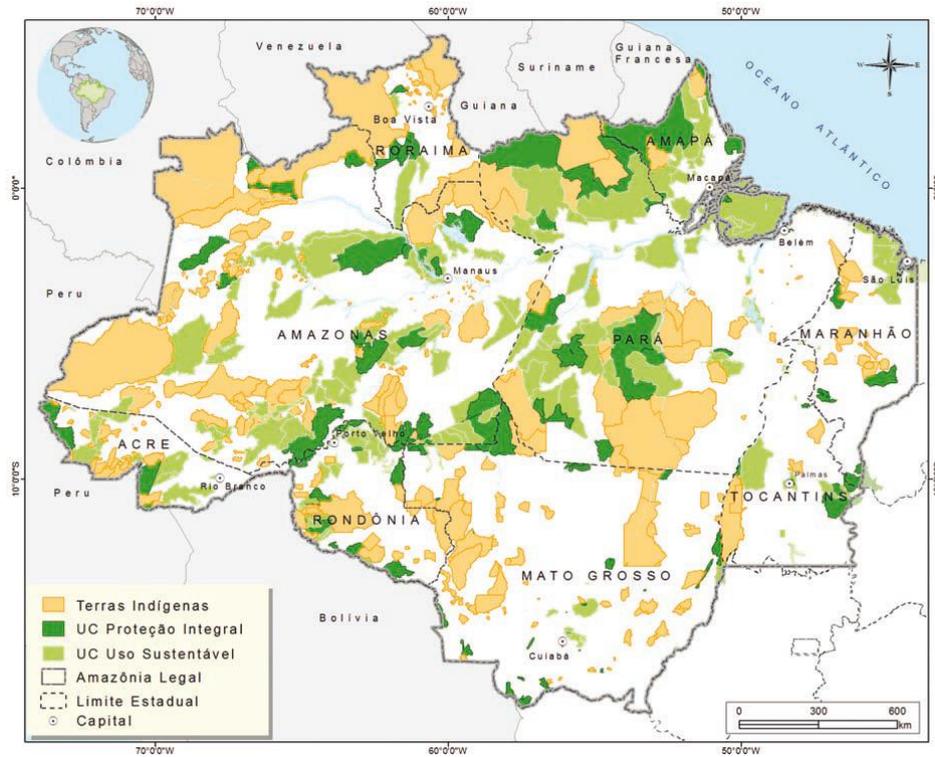
As UCs de Uso Sustentável são aquelas destinadas tanto à conservação da biodiversidade como à extração racional dos recursos naturais. Nessas Unidades são permitidos o turismo, a educação ambiental e a extração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, com base no manejo sustentável e de acordo com o plano de manejo da unidade. As populações denominadas tradicionais podem permanecer em seu interior, desde que realizem atividades sob regime de manejo, “de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (SNUC, 2002). (VERÍSSIMO, 2011:11)

As UCs são reguladas pela Lei 9.985/00, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Podem ser federais, estaduais ou municipais e ser estabelecidas em terrenos públicos ou privados.

De acordo com Veríssimo (2011), na Amazônia legal, até dezembro de 2010, haviam 307 Unidades de Conservação, sendo 196 de Uso Sustentável e 111 de Proteção Integral, ocupando uma área de 1.174.258 km<sup>2</sup> ou 23,7% do total da região amazônica.

Além das UCs, os Territórios de Ocupação Tradicional também são áreas protegidas. Esses territórios podem ser remanescentes de quilombos ou terras indígenas. Até dezembro de 2010, segundo Veríssimo (2011), a área abrangida por essas terras somava 1.086.950 km<sup>2</sup> ou 21,7% da Amazônia legal.

Figura 6: Áreas Protegidas na Amazônia Legal até dezembro de 2010.



Fonte: ARPA, 2011.

Nota-se de acordo com a figura acima que os estados do Pará e Amazonas possuíam grande quantidade de Unidades de Conservação, porém o estado do Amapá é que possuía a maior proporção de Unidades de Conservação, visto que mais de 70% de seu território é protegido por Unidades de Conservação e Terras Indígenas, como podemos ver na figura abaixo.

Figura 7: Proporção das UCs e TIs nos Estados da Amazônia Legal.

**TABELA 1. Proporção dos estados da Amazônia Legal brasileira ocupada por Unidades de Conservação e Terras Indígenas**

Estado	Área do Estado (km <sup>2</sup> )*	% UC	% Terra Indígena	% Total	Total de Áreas Protegidas (km <sup>2</sup> )**
Acre	152.581	34,2	15,9	50,0	76.360
Amapá	142.815	62,1	8,3	70,4	100.504
Amazonas	1.570.746	23,5	27,3	50,9	798.808
Maranhão	249.632	17,4	8,7	26,1	65.242
Mato Grosso	903.358	4,6	15,2	19,8	178.722
Pará	1.247.690	32,3	22,7	55,0	686.384
Rondônia	237.576	21,6	21,0	42,7	101.345
Roraima	224.299	11,9	46,3	58,2	130.588
Tocantins	277.621	12,3	9,2	21,4	59.533
<b>Total</b>	<b>5.006.317</b>	<b>22,2</b>	<b>21,7</b>	<b>43,9</b>	<b>2.197.485</b>

\* Áreas oficiais dos Estados, conforme site do IBGE, em julho de 2010. Para o Maranhão, somente a área inserida na Amazônia Legal.  
 \*\* Descontando as sobreposições entre unidades e as áreas marítimas das UCs.

Fonte: ARPA, 2011.

#### 2.4.5 Programa Calha Norte

O Programa Calha Norte surgiu em 1985, por conta da preocupação dos militares com a Amazônia, visto que, naquela época, a cobiça internacional sobre a região amazônica era crescente. Seu propósito, desde 1999, quando passou a ser coordenado pelo Ministério da Defesa é promover o desenvolvimento da região e sua ocupação (BRASIL, 2013).

Desde sua criação, o programa vem ampliando sua área de atuação e, segundo dados do último relatório disponibilizado pelo Ministério da Defesa, em 2018, já abrange o que corresponde a cerca de 52% do território nacional, e ainda segundo dados deste último relatório, 379 municípios em oito estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Roraima. Já a população beneficiada pelo PCN é de cerca de 8 milhões de pessoas.

O Calha Norte é baseado em duas vertentes: a civil e a militar. Sua vertente civil trabalha em prol do desenvolvimento regional, por meio da construção de estradas, escolas, hospitais, implantação de energia elétrica, dentre outros. Já a vertente militar atua na questão da manutenção da soberania nacional sobre a região, através do trabalho realizado pelas FFAA (BRASIL, 2013).

Figura 8: Área de atuação do Programa Calha Norte.



Fonte: Ministério da Defesa. 2013.

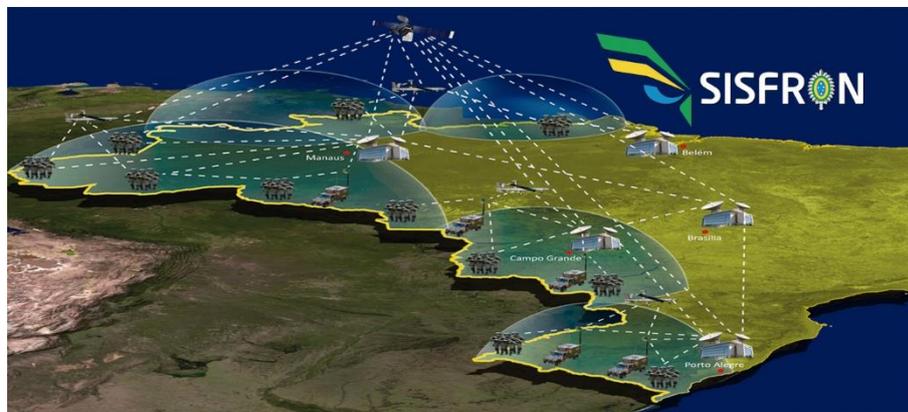
Seu principal objetivo é o aumento da presença do Poder Público em toda a sua área de atuação, contribuindo dessa forma, para a defesa nacional. Proporcionando assistência às populações, o PCN fortalece uma de suas metas: aumentar a densidade demográfica na região em que atua. (BRASIL, 2013)

Além disso, visando ampliar a presença do Estado na região Amazônica, o PCN prevê a implantação de unidades militares em sua área de atuação. Essas unidades têm a missão de inibir ações ilícitas, servir como núcleo de colonização e de apoio às comunidades carentes e atuar diretamente na manutenção da soberania nacional.

## 2.4.6 SISFRON

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, SISFRON, é um sistema que foi criado em 2008 após a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, concebido naquele ano. Tem como propósito de fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, potencializando a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área (DEFESA, 2016).

Figura 9: SISFRON



Fonte: Escritório de Projetos do Exército.

O sistema é caracterizado por ser de sensoriamento e apoio à decisão em apoio ao emprego operacional, atuando de forma integrada, e além disso, incrementar a capacidade de monitorar as áreas de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre. O SISFRON é responsável também por produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como, apoiar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais que regem o assunto. As operações podem ser isoladas, em conjunto com as outras Forças Armadas ou, ainda, em ambiente interagências, com outros órgãos governamentais (EPEX).

Segundo o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro:

Os meios de sensoriamento do SISFRON estarão desdobrados ao longo dos 16.886 quilômetros da faixa de fronteira, monitorando uma área de aproximadamente 27% do território nacional, o que potencializará o emprego das organizações subordinadas aos Comandos Militares da Amazônia, do

Oeste e do Sul. Além de servir de instrumento para a integração da atuação dos vários escalões de emprego da Força Terrestre, desde patrulhas e postos de controle na faixa de fronteira, passando pelos batalhões, brigadas, divisões, Comandos Militares de Área e chegando ao Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília, o SISFRON terá condições de compartilhar os benefícios de seus produtos e serviços com outros órgãos governamentais em todos os níveis.

Assim, fica clara a preocupação do Estado quanto a proteção de toda a faixa de fronteira e isso inclui a fronteira amazônica.

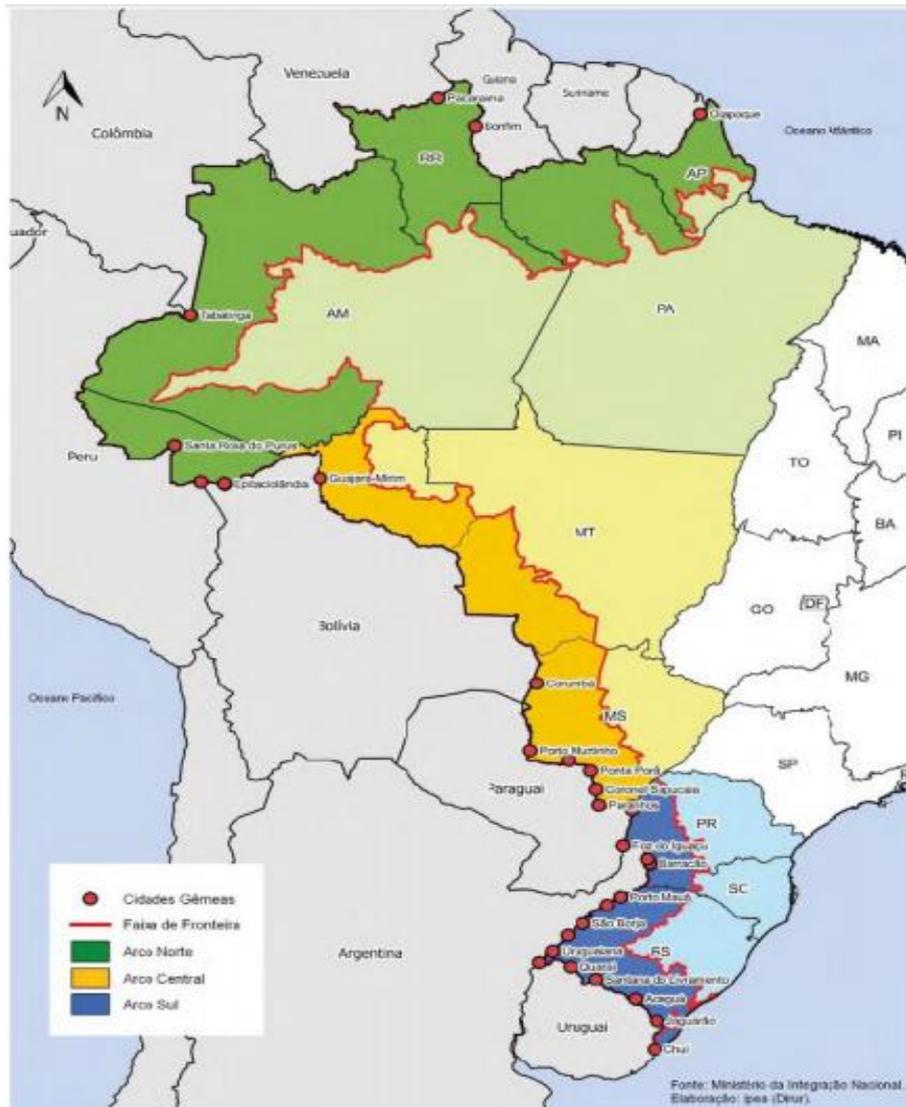
#### **2.4.7 Conceito de faixa de fronteira**

Segundo a Lei 6.634/1979, a faixa de fronteira é “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão regulamentadas em lei (BRASIL, 1988)”.

É portanto uma faixa de cerca de 16 mil km de extensão e 150 km de largura, que se inicia na foz do Rio Oiapoque, no Amapá, e termina na foz do Arroio Chuí, no Rio Grande do Sul. Compreende o total de 588 municípios em 11 estados brasileiros e, dentro de seu espaço vivem cerca de 10 milhões pessoas (GARCIA, 2015).

Buscando uma maior eficácia e eficiência no planejamento e atuação sobre essa área, o governo federal divide a faixa de fronteira em três grandes arcos: Arco Norte, composto por Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Acre; Arco Central, formado por Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e; Arco Sul, que contém os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Figura 10: Arcos da Faixa de Fronteira.



Fonte: Revista Doutrina Militar Terrestre, p. 35. 2019.

O Exército Brasileiro atua na faixa de fronteira contra os crimes transfronteiriços, seja isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, amparado pela Lei Complementar nº 97 de 1999, que após alterada pela Lei Complementar nº 136 de 2010, dá poder de polícia às FFAA, permitindo que se façam patrulhamentos, revistas e prisões em flagrante delito na região.

### **3 A ATUAÇÃO DOS PEL FUZ SL NA FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA NO BIÊNIO 2017-2018**

#### **3.1 A PRESENÇA DO EB NO ESTADO DO AMAPÁ**

##### **3.1.1 O Comando Militar do Norte**

O Comando Militar do Norte (CMN) é o mais novo Comando Militar do Exército Brasileiro. Criado em 2013 por meio da Portaria nº 142, de 13 de março de 2013, tem sob sua responsabilidade todo o território que anteriormente era de jurisdição da 8ª RM, mais a região do “Bico do Papagaio” no norte do Tocantins (Apresentação do Gen Cmt CMN, 2018).

O CMN foi criado com o objetivo de ampliar as ações do Exército Brasileiro na Amazônia Oriental, como uma estratégia de dissuasão, com estrutura militar com capacidade de desencorajar agressões militares internas e/ou externas (Apresentação Gen Cmt CMN). Além disso, havia uma diferença muito grande nos aspectos sociais e econômicos da região se comparada com a sua porção Ocidental, como salienta o Gen Ex Villas Bôas (2013) em discurso dado por ocasião da ativação do Comando Militar:

“As mudanças que marcaram a história recente do país provocaram o estabelecimento de diferenças marcantes entre as realidades econômicas, sociais, ambientais, políticas e estratégicas das Amazônias Ocidental e Oriental. Em consequência, como reconhecimento da importância de Belém e de sua área de influência, ativa-se, nesta data, o Comando Militar do Norte. Rompem-se, portanto, os vínculos que por séculos identificaram e uniram toda a estrutura militar terrestre na Amazônia.”

Abaixo, veremos como o CMN ficou inserido no território nacional.

Figura 11: Comandos Militares de Área.



Fonte: Exército Brasileiro, 2016.

A sua área de responsabilidade engloba cerca de 1890 km de fronteira terrestre, 2200 km de costa e uma área total de cerca de 1,73 milhão de km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 20% do território nacional. Tem como guarnições diretamente subordinadas a 8ª RM, a 22ª e 23ª Bda Inf SI, a B Adm Ap/CMN, a 15ª Cia PE e a 8ª Cia Intlg. Além disso, tem como OMs vinculadas a 8ª ICFEx, o CMBel e o 41º CT (Apresentação Gen Cmt CMN).

O CMN possui grande potencial econômico por conta de suas riquezas minerais. Fato esse que exige que se demande atenção para com a exploração ilegal dessas riquezas. Além disso, em sua área de atuação ainda existe uma fraca presença do Estado, o que permite a realização de diversos crimes.

O Comando trabalha para resolver isso através das missões coordenadas pelas Brigadas de Infantaria de Selva do Comando Militar e seus batalhões subordinados, e realizadas pelos pelotões de selva, muitas vezes em ambiente interagências, com o objetivo de cumprir a missão síntese das FFAA na Amazônia, de coibir a ocorrência e a reincidência de delitos transfronteiriços e ambientais e defender a soberania nacional sobre a região.

### 3.1.2 22ª Bda Inf SI

Seguindo as diretrizes da PND e da END no que diz respeito a priorização da região amazônica e na intensificação da presença das FFAA na região de fronteira, a 22ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada. A 22ª Bda Inf SI, a “Brigada da Foz”, é uma brigada nova no Exército Brasileiro, criada através da Portaria nº 447 – EME em 24 de outubro de 2017, com os seguintes objetivos (Apresentação do Gen Cmt CMN, 2018):

- Potencializar, politicamente, a presença militar na foz do Rio Amazonas e no Estado do Amapá;
- Aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre na Região Amazônica (AMAPÁ), dotando-a de mais uma brigada de selva;
- Contribuir com a implantação do CMN, desonerando-o do enquadramento direto de OM.

Localizada em Macapá/AP, a Brigada da Foz é responsável por 3 Batalhões de Infantaria de Selva que são o 24º Batalhão de Infantaria de Selva – São Luís/MA, o 2º Batalhão de Infantaria de Selva – Belém/PA e o Cmdo Fron Amapá/ 34º Batalhão de Infantaria de Selva – Macapá/AP; uma Companhia de Comando – a Companhia de Comando da 22º Bda Inf SI; uma Companhia Especial de Fronteira – a Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte/AP; um Pelotão Especial de Fronteira – o 1º Pelotão Especial de Fronteira localizado em Tiriós/PA; e um Destacamento Especial de Fronteira – localizado em Vila Brasil/AP, com o efetivo total de cerca de 3000 militares (2018).

Figura 12: 22ª Bda Inf SI e OMs subordinadas.



Fonte: Apresentação do Gen Cmt CMN, 2018

### 3.1.3 CFAP/34º BIS

O Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva é um batalhão subordinado à 22ª Bda Inf SI, localizado em Macapá, a capital do estado. Possui em sua estrutura organizacional, além das companhias de fuzileiros e de comando e apoio, uma Companhia Especial de Fronteira, localizada em Clevelândia do Norte e um Destacamento Especial de Fronteira, localizado em Vila Brasil.

O batalhão, dentro da sua área de responsabilidade determinada pela brigada, que coincide com o estado do Amapá, local alvo do estudo deste trabalho, realiza diversas missões, com o objetivo comum às guarnições de fronteira da Amazônia de dificultar ou até mesmo impedir agentes adversos de cometerem ilícitos transfronteiriços e ambientais.

Como já dito anteriormente neste trabalho, o Estado do Amapá possui cerca de 70% de seu território tomado por áreas protegidas, o que dificulta em muito a realização a realização de operações, pois muitas dessas APs se localizam em terrenos privados, o que impede a vivificação dessas regiões.

Por meio da CEF de Clevelândia do Norte e do DEF de Vila Brasil, o batalhão executa estratégias de dissuasão e presença e, integrado com os OSPF, trabalha para

contornar essa dificuldade, fortalecer a presença do estado na região e aumentar o nível de segurança em toda a área de responsabilidade do Btl no Estado do Amapá.

### **3.1.4 Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte (CEF/CLNO)**

A Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte é uma companhia do CFAP/34º BIS, destacada na região do Oiapoque a mais de 600 km da capital Macapá. Possui um efetivo de cerca de 250 militares e é comandada por um Major ou Capitão.

Segundo apresentação feita ao comandante da OM, em 2017, a cidade de Clevelândia do Norte possui população de cerca de 800 pessoas, muitas delas dependentes da CEF no que diz respeito à assistência médica e recebimento de água tratada por exemplo.

Por ser uma companhia destacada num local de difícil acesso (do mais de 600 km de distância, 120 km são de estradas não asfaltadas), o ressuprimento da OM é feito a cada três meses.

A Companhia tem um Destacamento Especial de Fronteira, localizado em Vila Brasil. Foi criado em 2006 com o objetivo de intensificar a atuação do Exército Brasileiro no combate aos ilícitos transfronteiriços na fronteira com a Guiana Francesa. Além disso promover a vivificação da região, visando manter a soberania do Estado sobre a totalidade da Amazônia legal.

O Exército realiza, através dessas organizações militares, diversas operações na faixa de fronteira, muitas vezes em conjunto com OSPF, com o intuito de coibir a ocorrência e a reincidência de ações ilícitas na região, e alinhados com os interesses da nação, contribuem para a manutenção da soberania nacional sobre a Amazônia.

## **3.2 OPERAÇÕES MILITARES NA FAIXA DE FRONTEIRA DO AMAPÁ NO BIÊNIO 2017/2018**

### **3.2.1 Caracterização do estado do Amapá**

Localizado no extremo norte do país, o Amapá é um estado situado na Amazônia brasileira. É reconhecido como o estado mais bem preservado do país, no que diz respeito ao desmatamento da floresta Amazônica, pois a mesma cobre o



O Exército Brasileiro atua constantemente no intuito de coibir esses crimes, porém outras organizações são presenças constantes nas operações e contribuem para a manutenção da soberania nacional sobre a região amazônica. Alguns exemplos são a Marinha Brasileira, que presta apoio com sua Capitania dos Portos localizada em Santana, a Força Aérea com o seu Destacamento de Controle do Espaço Aéreo localizado em Macapá, o IBAMA, o ICMBio, a PRF, a PF, a PM, a FUNAI, dentre outros.

Por conta desses e outros problemas fez-se necessária a criação da 22ª brigada de infantaria de selva na região, fortalecendo assim a presença militar na região de fronteira e intensificando as ações e a atuação do poder público.

### **3.2.2 Ilícitos Transfronteiriços**

Ilícitos transfronteiriços ou transnacionais, podem ser considerados como uma ocorrência de fato típico, antijurídico e punível que ultrapassa os limites das fronteiras de um país (GOULART, 2016). Podem ser divididos em dois grupos: crimes contra a pessoa e crimes financeiros (COSSUL, p. 140, 2016).

Aqui estão alguns exemplos de crimes transfronteiriços recorrentes na Amazônia brasileira no estado do Amapá:

#### **1. Narcotráfico**

O narcotráfico é caracterizado pela venda de substâncias ilícitas. O tráfico é realizado através de aviões, caminhões, carros, ônibus, barcos, entre outros. O envio de grandes quantidades de drogas é normalmente realizado por meio de contêineres, misturados com fumo, soja, arroz, etc. É a maior atividade criminosa do mundo com renda anual estimada em 400 bilhões de dólares segundo a ONU. Particularmente, na região de fronteira do Amapá, o tráfico é feito através do transporte aéreo ou por meio de embarcações.

Figura 14: Narcotráfico.



Fonte: Amazônia, Notícia e Informação. 2018

## 2. Tráfico de pessoas

O tráfico de pessoas é o comércio de seres humanos, geralmente para fins de trabalho forçado, escravidão ou exploração sexual. Na fronteira do Amapá, esse comércio acontece através dos rios que fazem fronteira com os outros países.

Figura 15: Tráfico de pessoas.



Fonte: Em Tempo. 2017.

### 3. Tráfico de armas

O tráfico de armas é o fornecimento de armas ou munição a entidades em violação às normas internacionais sobre a venda de armas. É a terceira maior atividade criminosa do mundo, atrás do narcotráfico e do tráfico humano. Na fronteira do estado do Amapá, esse tráfico acontece através de transporte pelos rios ou transporte aéreo.

Figura 16: Tráfico de armas.



Fonte: Em Tempo, 2017.

### 4. Garimpo ilegal

Garimpo é a denominação que se dá à exploração, mineração ou extração, manual ou mecanizada, de substâncias minerais como o ouro, diamantes ou outros tipos de minérios. É uma atividade legal desde que se siga algumas leis e que seja praticado em locais aprovados para isso. Ao longo de todo o território do Amapá existem importantes jazidas de minérios, onde constantemente são encontrados pontos ilegais de extração desses minérios.

Figura 17: Garimpo.



Fonte: Super Interessante, 2018.

### 3.2.3 Os Pel Fuz SI da CEF de Clevelândia do Norte na faixa de fronteira

Os Pelotões de Fuzileiros de Selva da Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte são a ponta da linha do Exército Brasileiro na região do Oiapoque. Tem a grande responsabilidade de proteger a fronteira brasileira do Estado do Amapá contra os crimes na faixa de fronteira.

Diversas operações militares são realizadas na faixa de fronteira da Amazônia legal, cada uma com uma diferente missão. Todas, no entanto, têm o mesmo objetivo, o de defender a soberania da região amazônica e inibir os crimes na faixa de fronteira.

Nesse contexto, as Forças Armadas assumem função de grande importância: a de liderar essas operações. O Exército Brasileiro, dentro das FFAA, normalmente, forma o grosso do efetivo que participa dessas operações e, junto com órgãos de segurança pública e de fiscalização (OSPF), é responsável pela concretização dessas missões.

As principais operações realizadas no biênio 2017/2018 na região de fronteira do Amapá foram:

- Operação Ágata

Operação que integra o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) do Governo Federal, criado para prevenir e reprimir a ação de criminosos na divisa do Brasil com

dez países sul-americanos. Ao longo da operação, militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira realizam missões táticas destinadas a coibir delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. As ações abrangem desde a vigilância do espaço aéreo até operações de patrulha e inspeção nos principais rios e estradas que dão acesso ao país (DEFESA, 2016).

- Operação Curare IV e V

Missões ocorridas respectivamente entre 23 de novembro e 6 de dezembro no ano de 2017 e 10 e 28 de setembro no ano de 2018, na área de atuação do CFAP/34º BIS, onde o Exército, através de seus pelotões de fuzileiros de selva, trabalhando isoladamente ou em coordenação com outras agências, tinha o objetivo de atuar na faixa de fronteira a fim de coibir a ocorrência e a reincidência de delitos transfronteiriços e ambientais, visando também fortalecer a integração da Força com os OSPF, a segurança na área de responsabilidade do Btl no estado do Amapá e fortalecer os níveis de credibilidade das FFAA. O trabalho realizado pelos pelotões de fuzileiros teve resultados relevantes tanto em 2017 quanto em 2018, com destaque para o último, onde foram apreendidos, traduzindo em números aproximados, cerca de R\$ 281.620,00 de materiais ilícitos, segundo o Ministério da Defesa.

Figura 18: Revista de automóvel durante Op Curare V.



Fonte: 1ª Bda Inf SI, 2018.

- Operação Grand Rochelle I

Missão realizada em fevereiro de 2018, onde segundo o relatório da operação feito pelo comandante do CFAP/34º BIS, o Exército realizou abordagens a embarcações brasileiras e francesas no decorrer do itinerário do rio Oiapoque, com o intuito de verificar a existência de material ilícito no transporte. Essa ação foi feita para atingir a missão síntese das FFAA na região, que é a de coibir a ocorrência e a reincidência de delitos transfronteiriços e ambientais. É importante ressaltar que as operações feitas no rio Oiapoque contam com o apoio das Forças Armadas da Guiana, pois ele é a fronteira natural do Brasil com a Guiana Francesa, impondo às embarcações brasileiras a atuação apenas até metade de toda sua largura.

Figura 19: Operação Rochelle I. Fiscalização em embarcações.



Fonte: Relatório da Operação (RESTRITO), 2018.

- Operação Cabo Orange III e IV

Missões ocorridas em junho de 2017 e de 2018 respectivamente, no município de Oiapoque e redondezas, no Amapá, onde o Exército Brasileiro, representado pelo CFAP/34º BIS, segundo as Ordens de Operações do comandante do CFAP/34º BIS, realizou operações em ambiente interagências na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, para evitar/reprimir delitos transfronteiriços nas localidades de Vila Brasil, Ilha Bela, Vila Vitória, dentre outros locais na região fronteira. O batalhão realizou, por meio de seus pelotões de fuzileiros de selva, operações de busca e apreensão, postos de bloqueio e controle de vias urbanas e fluviais, para fiscalizar embarcações e veículos, dentre outras. Além disso, realizou também ações cívico-sociais com o objetivo de dar assistência à população e aumentar a credibilidade da Força.

Figura 20: Revista de embarcação durante Op Cabo Orange III.

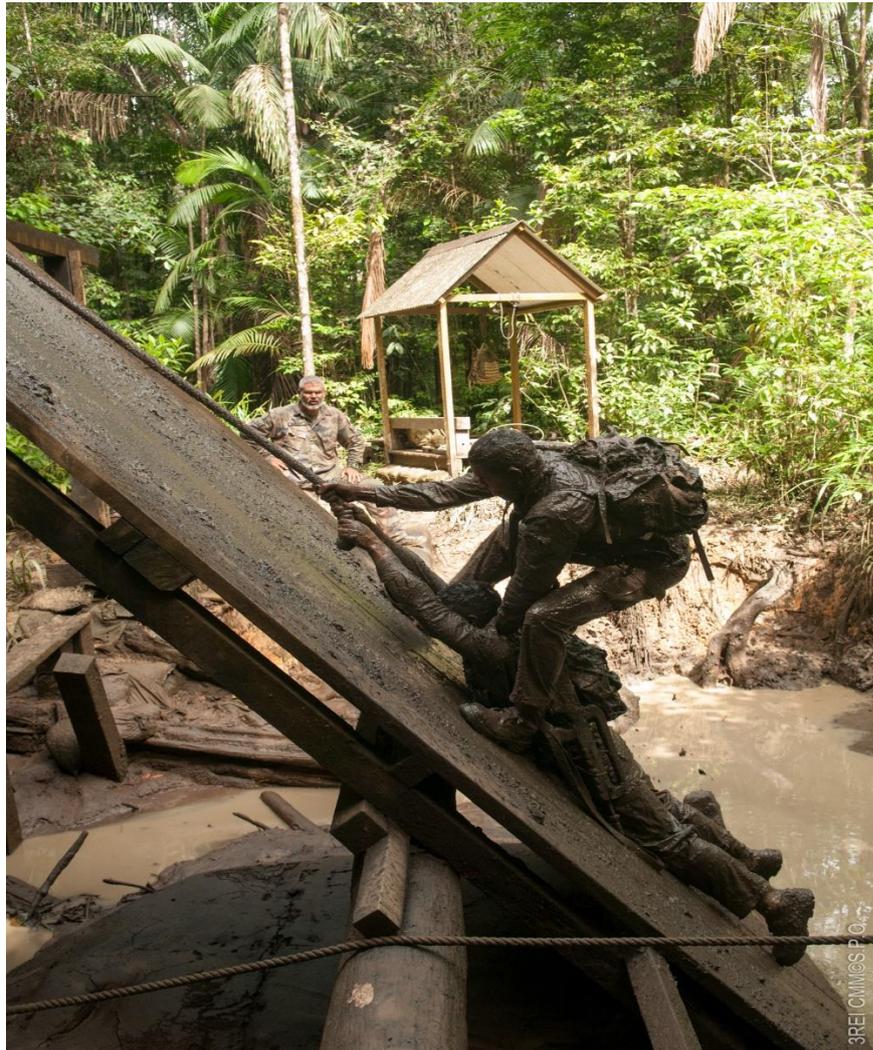


Fonte: Folha Militar Online, 2017.

Na região de fronteira com a Guiana Francesa existem diversos focos de tensão e, por conta da dificuldade de atuação e ação do poder público, muitas vezes se faz necessário o apoio de OSPF e até mesmo de FFAA de outros países como acontece com as Forças Armadas da Guiana/Legião Estrangeira (FAG) na fronteira com a Guiana Francesa.

Esse apoio se dá através de cooperação nas operações e também por meio de trocas de experiências com treinamentos aplicados pelas duas Forças Armadas.

Figura 21: Treinamento do Exército Brasileiro com a Legião Estrangeira.



Fonte: Relatório da operação.

Figura 22: Término de Operação conjunta entre o EB e a FAG.



Fonte: Relatório de Operação do Cmt CFAP/34º BIS.

Os Pel Fuz SI são aptos a realizar diversas missões, sejam elas de presença, de fiscalização, de busca e apreensão e até mesmo de destruição de locais de realização de atos ilícitos.

Figura 23: Revista de embarcação.



Fonte: Relatório da Operação Cabo Orange IV, 2018.

Figura 24: Posto de Bloqueio e Controle de Vias Fluviais.



Fonte: Relatório da Operação Cabo Orange IV, 2018.

Figura 25: Apreensão de materiais de garimpo ilegal.



Fonte: Relatório da Operação Rochelle VI, 2018.

Percebe-se através dessas imagens a importância da atuação dos Pelotões de Fuzileiros de Selva da Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte para combater esses crimes que ameaçam à soberania nacional.

#### 4 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura referente à questão geopolítica brasileira e amazônica, abordando a situação do país na região em questão e o que causa os problemas que serão exemplificados neste trabalho.

Com o fim de analisar a atuação dos Pelotões de Fuzileiros de Selva na atuação contra os ilícitos transfronteiriços, que é o objetivo geral deste trabalho, será apresentado o resultado de uma pesquisa de caráter exploratório, tendo como campo de investigação somente dados relativos ao biênio 2017/2018. Para isso, foi empregado como objetos de pesquisa, documentos governamentais disponibilizados pelo Ministério da Defesa (MD), sites, relatórios de operações realizadas e relatos de alguns autores estudiosos sobre o assunto.

A pesquisa documental foi realizada durante toda a realização do trabalho, uma vez que se recorreu a documentos governamentais. Os objetivos específicos dessa pesquisa foram verificar a questão amazônica na visão dos documentos que ditam a segurança nacional, bem como mostrar as medidas de proteção e manutenção da soberania brasileira na Amazônia Legal, que auxiliam no cumprimento da missão dos Pelotões de Fuzileiros de Selva da Companhia Especial de Fronteira do CFAP/34º BIS, que são o objeto de estudo deste trabalho. Com relação ao método adotado, como a solução ao problema foi por meio de uma hipótese, escolheu-se o hipotético-dedutivo. A hipótese adotada foi a seguinte: se for dada mais atenção para a atuação e ação do poder público na faixa de fronteira contra os ilícitos transfronteiriços, os Pel Fuz SI terão maior apoio para combater essas ameaças, contribuindo assim para a Defesa da soberania da Nação.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho estudou a atuação dos pelotões de fuzileiros de selva no combate a ilícitos transfronteiriços na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa no biênio 2017/2018. Por meio dele foi mostrado um breve estudo sobre a Amazônia no contexto geográfico na América do Sul e no Brasil. Em seguida pôde-se observar medidas utilizadas pelo governo que visam proteger, desenvolver e integrar a região da Amazônia legal, onde foi relatado o dado importante de que mais de 70% do estado do Amapá, que é o principal local abordado no conteúdo deste trabalho, está sob posse de Unidades de Conservação e Territórios Ocupados Tradicionalmente.

Além disso, pudemos ver a Amazônia sob a ótica da PND e END, que expôs a clara preocupação do Estado em defender a região e manter a soberania nacional sobre a Amazônia.

O trabalho apresentou em seguida o conceito de faixa de fronteira e as leis que regulamentam o trabalho das Forças Armadas nessa região.

Por fim, foi apresentada a atuação dos pelotões de fuzileiros de selva na região, mostrando inicialmente a intenção do Estado na vivificação da região através da criação de um novo comando militar de área e uma nova brigada, seguida da caracterização do estado do Amapá, onde foram abordadas as características do estado e as causas para a ocorrência dos crimes transfronteiriços na região.

Após isso, foram explicitados os ilícitos mais presentes na região e as operações militares onde os pelotões de fuzileiros de selva são enquadrados, seja isoladamente ou em cooperação e coordenação com os OSPF, mostrando a importância desses pelotões na região de fronteira do Brasil com a Guiana através dos resultados das operações como por exemplo o da Curare V, onde um número expressivo de apreensões foi feito, que comprovam a eficácia e a eficiência do trabalho realizado por essas tropas, que operam diuturnamente em prol da manutenção da soberania nacional e integração da região amazônica.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. DECICINO, Ronaldo. **Fronteiras brasileiras – Os limites do nosso território.** Jan 2013. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/fronteiras-brasileiras-os-limites-do-nosso-territorio.htm>>. Acesso em 02 de maio 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. “*Área de atuação do Programa Calha Norte*”. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/programa-calha-norte/area-de-atuacao-do-programa-calha-norte>. Acesso em 01 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. “*Programa Calha Norte. Convênios e Contratos de Repasse: Normas e Instruções*”. 2018. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa\\_calha\\_norte/manuais/convenios-contratos-repasse-normas-instrucoes.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/manuais/convenios-contratos-repasse-normas-instrucoes.pdf). Acesso em 01 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. “Programa Calha Norte”. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte>>. Acesso em 01 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. “*Relatório Situacional 2018*”. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa-calha-norte/relatorios/situacao/relatorio\\_situacional\\_2018.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/programa-calha-norte/relatorios/situacao/relatorio_situacional_2018.pdf). Acesso em: 01 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Lei nº 6.634 de 2 de maio de 1979.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional.**

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa.**

\_\_\_\_\_. **Seminário de Segurança da Amazônia.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012. Disponível em: <<https://issuu.com/sae.pr/docs/segurancaamazonia>>. Acesso em 02 de maio 2019.

“*1ª Brigada de Infantaria de Selva – Operação Curare V*”. **Ministério da Defesa.** 2018. Disponível em: <[http://www.eb.mil.br/web/resiscomsex/eb-em-revista/-/asset\\_publisher/9766RQslbBIC/content/1-brigada-de-infantaria-de-selva-operacao-curare-v](http://www.eb.mil.br/web/resiscomsex/eb-em-revista/-/asset_publisher/9766RQslbBIC/content/1-brigada-de-infantaria-de-selva-operacao-curare-v)>. Acesso em 05 de junho de 2019.

“*Garimpo ilegal*”. **Super Interessante.** 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/amazonia-abriga-mais-de-2500-garimpos-ilegais/>>. Acesso em 04 de junho 2019.

“*Madeira ilegal no Brasil*”. Cultura **Mix.** 2014. Disponível em: <<http://meioambiente.culturamix.com/noticias/madeira-ilegal-no-brasil>>. Acesso em 04 de junho de 2019.

“*Narcotráfico*”. **Amazônia notícia e informação.** Disponível em: <<https://amazonia.org.br/2018/04/ex-guerrilheiros-das-farc-atuam-como-free-lancers-do-traffic-na-amazonia-diz-pf/>>. Acesso em 02 de junho de 2019.

“*Operação Ágata*”. **Ministério da Defesa.** Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata>>. Acesso em 22 de junho de 2019.

“*Operação Curare V*”. **Ministério da Defesa.** Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/>>

/asset\_publisher/MjaG93KcunQI/content/operacao-curare-oriental-v/8357041>.

Acesso em 22 de junho de 2019. “*Segunda fase da Operação Cabo Orange III*”. Folha Militar Online. 2017. Disponível em: <<http://folhamilitaronline.com.br/segunda-fase-da-operacao-cabo-orange/>>. Acesso em 05 de junho de 2019.

“*SISFRON*”. **Departamento de Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <<http://www.dct.eb.mil.br/index.php/termo-de-fomento-a-ser-firmado-entre-o-exercito-brasileiro-e-a-fundacao-parque-tecnologico-de-itaipu-br/35-programas-e-parceiros/97-sisfron>>. Acesso em 19 de junho de 2019.

“*SISFRON*”. **Escritório de Projetos do Exército Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>>. Acesso em 19 de junho de 2019.

“*Tráfico de armas*”. **Em Tempo**. 2017. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/75789/amazonas-e-uma-das-rotas-do-traffic-de-armas-no-brasil>>. Acesso em 04 de junho de 2019.

“*Tráfico de pessoas*”. **Em Tempo**. 2017. Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/amazonas-cidades/87498/traffic-de-pessoas-conheca-relatos-de-um-crime-silencioso-na-amazonia>>. Acesso em 04 de junho de 2019.

**COSSUL**, NAIANE INEZ; **JAEGER**, BRUNA COELHO. “*O Papel da Infraestrutura no Combate aos Ilícitos Transfronteiriços na América do Sul*”. Revista Brasileira de Estudos da Defesa, p. 139-152. 2016. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/download/63506/37924>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

**FILHO**, Paulo Roberto da Silva Gomes. “*O combate aos ilícitos na faixa de fronteira*”. Revista Doutrina Militar Terrestre. 2019. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/download/2166/1751>>. Acesso em 03 de junho de 2019.

**FRANCISCO**, Wagner de Cerqueira e. "Narcotráfico"; **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilestola.uol.com.br/sociologia/narcotrafico.htm>>. Acesso em 22 de junho de 2019.

**FREITAS**, Eduardo de. "Bacia Amazônica"; **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilestola.uol.com.br/brasil/bacia-amazonica.htm>>. Acesso em 29 de maio de 2019.

**GARCIA**, Amanda. "*Evolução histórica da faixa de fronteira no ordenamento jurídico brasileiro. Desdobramentos históricos do conceito e sua evolução nas diferentes Constituições*". Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4462, 19 set. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42661>>. Acesso em 03 de junho de 2019.

GOULART, Marcelo Vieira; RIBEIRO, Kleber Silas Monteiro. "*Atuação do Exército Brasileiro na faixa de fronteira contra os delitos transfronteiriços ambientais*". **Revista Sociedade Militar**. 2016. Disponível em: <<https://www.sociedademilitar.com.br/wp/2016/05/atuacao-do-exercito-brasileiro-na-faixa-de-fronteira-contra-os-delitos-transfronteiricos-e-ambientais-aspectos-juridicos.html>>. Acesso em 04 de junho de 2019.

**MONTESANTI**, Júlia de Almeida Costa. "*Área de Proteção Ambiental*". **InfoEscola**. 2015. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ecologia/area-de-protecao-ambiental-apa/amp/>>. Acesso em 31 de maio de 2019.

**MUNIZ**, Carla; et al. "*Bacia Amazônica*". Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/bacia-amazonica/>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

**NASCIMENTO**, Mariana Rodrigues do. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial**. 2013. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17022014-110912/pt-br.php>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

**O que é a Amazônia Legal.** Dicionário Ambiental. **((o))eco**, Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acesso em 29 de maio de 2019.

**Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.** Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Tratado\\_de\\_Cooperac%C3%A7%C3%A3o\\_Amaz%C3%B4nica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_do_Tratado_de_Cooperac%C3%A7%C3%A3o_Amaz%C3%B4nica)>. Acesso em 27 de maio de 2019.

**Programa Regional Amazônia.** Disponível em: <<http://www.otca-oficial.info/projects/details/8>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

**Riquezas da Amazônia.** Disponível em: <<http://www.visitbrasil.com/pt/blog/riquezas-da-amazonia.html>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

**VERÍSSIMO**, Adalberto; et al. *“Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira (ARPA)”*. 2011. Disponível em: <[https://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/10372.pdf](https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10372.pdf)>. Acesso em 30 de maio de 2019.